

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL PARA O FOMENTO DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DO ALUNO

Camila Soares de Proença, Eliza Miguel Cordeiro. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Enedi Prince

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, proencacamila04@gmail.com, elizamiguel.cordeiro@gmail.com.

Resumo

O ensino tradicional de História, em geral, permanece ancorado em perspectivas eurocêntricas e generalizantes. Essa abordagem tende a produzir uma visão homogeneizadora da identidade nacional, frequentemente resultando no desinteresse dos alunos. Contudo, movimentos recentes têm fomentado a valorização da história local como ferramenta pedagógica. No âmbito do programa PIBID em São José dos Campos, essa proposta é concretizada por meio do uso de fontes primárias regionais — como cartas, mapas e fotografias — que estabelecem pontes entre os grandes processos históricos e a realidade imediata dos estudantes. A investigação da história de suas próprias comunidades transforma os alunos em protagonistas do aprendizado, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e fortalecendo o senso de pertencimento. Objetivou-se avaliar a importância da história oral como instrumento de desenvolvimento do sentimento de pertencimento do aluno a sua comunidade.

Palavras-chave: História regional, Fonte histórica e Metodologia.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, História
Introdução

O ensino de história no Brasil, institucionalizado no século XIX demonstra priorizar narrativas centradas em perspectivas eurocêntricas ou direcionada a generalização, se limitando a cronologias distantes e relegando especificidades regionais. Essa abordagem visa homogeneizar a identidade nacional e consequentemente distância o aluno da narrativa, causando desinteresse e dificuldade em relacionar a história com o cotidiano. Contudo, nas última décadas legislações como a Lei 10.639/03 e a BNCC (2018) têm fomentado a valorização da história local como ferramenta eficaz para aproximar os estudantes do conhecimento histórico, transformando-os em sujeitos ativos na construção de suas próprias narrativas permitindo que os alunos reconheçam, em suas próprias comunidades, as marcas de processos históricos amplos (Bittencourt, 2009; Schmidt, 2015).

A importância do presente trabalho reside na importância de fortalecer a construção identitária dos alunos, colocando-os como sujeitos da história a partir das manifestações locais. Hall (2003), afirma que a construção identitária se dá via diálogo entre o local e o global, sendo um aspecto fundamental para a formação cidadã no ensino médio. A história regional proporciona novas possibilidades metodológicas, como o uso de arquivos locais, história oral e visitas a patrimônios históricos da região. Investir nesse tipo de abordagem contribui para a superação de métodos tradicionais, que predominam nas salas de aula do ensino médio.

Ao trabalhar temas como o ciclo do café e a cultura indígena no Brasil, com o ensino médio de uma das escolas do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) de São José dos Campos, foi possível trabalhar com documentação histórica regional. Disponibilizadas pelo Arquivo Público do Município de São José dos Campos, em parceria com o programa Pró-Memória, as atividades elaboradas se baseavam em analisar e vincular a documentação histórica com o cenário nacional ao qual remetiam. Cartas, mapas e fotografias de sítios arqueológicos foram utilizadas, e ao aplicar tal metodologia, objetivou-se oferecer exemplos concretos para tornar o ensino mais significativo (Karnal, Schmidt, 2014).

A valorização da história regional no ensino médio permite um rompimento com a visão homogeneizadora do passado, trazendo o reconhecimento da diversidade cultural e social que compõe o Brasil. É notável que o estudo das especificidades locais não apenas enriquece o conhecimento histórico, mas também fortalece o senso de pertencimento e valorização das raízes culturais dos

estudantes, possibilitando que os alunos compreendam como os grandes processos históricos nacionais e globais se desdobraram em suas próprias realidades, conectando passado e presente de forma mais significativa.

Outro aspecto de extrema importância, é o potencial da história local para descolonizar o currículo, incorporando saberes e memórias marginalizadas pela narrativa oficial. Tudo isso contribui com a inserção de fontes orais e comunitárias no ensino de história desafiando a hierarquia de conhecimentos estabelecida, dando voz a grupos historicamente silenciados (Karnal, Schmidt, 2014). Essa abordagem não só democratiza o acesso ao conhecimento histórico, mas também estimula o pensamento crítico, permitindo que os alunos questionem as versões hegemônicas e de caráter eurocêntrico do passado. Dessa forma, a sala de aula transforma-se em um espaço de diálogo e construção coletiva do saber, valorizando as histórias e vivências individuais de cada aluno e sua família.

Por fim, o presente artigo tem como objetivo avaliar a importância da história oral como instrumento de desenvolvimento do sentimento de pertencimento do aluno à sua comunidade. Segundo Zabala (1998, p.73), "a aprendizagem significativa ocorre quando o aluno é capaz de estabelecer relações entre o conhecimento escolar e sua realidade imediata". Ao investigar a história de suas comunidades, os jovens desenvolvem habilidades de pesquisa, análise e interpretação, tornando-se protagonistas de seu próprio aprendizado. Essa prática não apenas revitaliza o ensino de história, mas também reforça seu papel na formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de intervir ativamente na sociedade.

Metodologia

O presente trabalho adota abordagem qualitativa, articulando pesquisa bibliográfica, documental e ação pedagógica em sala de aula, onde o estudo foi desenvolvido em uma escola pública de ensino médio de São José dos Campos, parceira do PIBID, com turmas da 1ª à 3ª série. Uma vez que existe a necessidade de compreender, de forma aprofundada, como a incorporação da história regional pode ressignificar o ensino de história e contribuir para a construção identitária dos estudantes.

Resultados e Discussão

A crítica ao modelo tradicional de ensino de história, centrado em narrativas eurocêntricas e generalizantes, não é recente. Como aponta Circe Bittencourt (2009), a ênfase em cronologias distantes e eventos nacionais desvinculados das realidades locais contribui para a alienação dos estudantes, dificultando a identificação com o conteúdo histórico. Essa perspectiva foi reforçada por um projeto educacional do século XIX que buscava consolidar uma identidade nacional homogênea, muitas vezes apagando as particularidades regionais e culturais (Schmidt, 2015). No entanto, a Lei 10.639/03 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) representam avanços significativos ao exigirem a inclusão de histórias marginalizadas, como a africana, indígena e local, evidenciando a necessidade de um ensino mais plural e conectado com as vivências dos alunos, visto que o Brasil é um país muito rico culturalmente e possui uma singularidade fantástica quanto às vivências e particularidades de cada região, sendo ela central ou nas extremidades do país.

Colocando em perspectiva o ensino de história para o ensino médio, nos deparamos com limitações causadas pelo tradicionalismo metodológico das aulas. O foco em linhas cronológicas eurocêntricas, narrativas elitizadas e a negligência com outras perspectivas culturais despersonalizam a história. Esse tipo de abordagem visa homogeneizar a identidade nacional, silenciando e apagando narrativas como as dos povos originários. A existência dos povos originários é compreendida por muitos como algo distante, e exclusivo das regiões norte e nordeste do país, mas o que poucos sabem, é que já existem evidências de presença indígena em São José dos Campos que contam uma história de 200 anos atrás. Ao se distanciar da narrativa local, o aluno não consegue vincular o próprio cotidiano com o que está aprendendo, e consequentemente se distancia. É importante criar a conexão entre passado e presente de forma concreta, para que os processos históricos se tornem mais compreensíveis. A desconSIDERAÇÃO das particularidades regionais, negligência as diversidades culturais, os processos históricos de cada região. Essa abordagem empobrece a compreensão da formação do Brasil, reforça desigualdades simbólicas e apaga identidades e histórias locais. Como aponta Schmidt (2015), essa homogeneização contribui para que muitos estudantes não consigam se reconhecer como parte da narrativa histórica, aprofundando o distanciamento entre o conhecimento escolar e suas realidades cotidianas. A superação desse problema exige a incorporação de fontes e estudos regionais que

mostrem como os grandes processos nacionais se desdobraram de formas distintas em cada território, valorizando assim a pluralidade que constitui a história brasileira.

A experiência do PIBID em São José dos Campos, ao trabalhar com documentos históricos locais como cartas, mapas e fotografias, demonstra como a história regional pode servir de ponte entre o micro e o macro histórico. Segundo Karnal e Schmidt (2014, p.109), "a análise de fontes primárias locais permite que os alunos percebam como processos nacionais, como o ciclo do café, se manifestaram em suas próprias cidades". Essa metodologia não apenas torna o ensino mais significativo, mas também desenvolve habilidades de pesquisa e pensamento crítico, transformando os estudantes em agentes ativos da construção do conhecimento. A valorização de arquivos públicos e sítios arqueológicos, como no caso do Arquivo Público de São José dos Campos e o núcleo de pesquisa Pró-Memória, reforça a importância de parcerias entre escolas e instituições de preservação histórica.

Desde o início do ano letivo o uso de fontes históricas primárias foi priorizado ao desenvolver as atividades com os alunos do ensino médio de uma das escolas do programa PIBID. A princípio a ideia era apresentar os tipos de fontes, como elas poderiam ser estudadas, o contexto histórico por trás de cada uma e o que cada fonte representava para história. Familiarizados com as tipologias de uma fonte, foi possível desenvolver atividades mais complexas, sempre seguindo o conteúdo pragmático, mas aproximando os temas da realidade de cada um. Ao estudar a incidência de povos originários em locais como a serra da capivara, tivemos a oportunidade de trabalhar os povos originários da região. Foi disponibilizado aos alunos, mapas que mostravam a evolução demográfica da cidade de São José dos Campos, fotografias dos sítios arqueológicos localizados na zona leste da cidade e fotografias de louças, igaçabas e ossadas encontradas na região.

A descolonização do currículo através da história local encontra fundamentação teórica em Quijano (2005, p. 117), para quem "a colonialidade do saber só pode ser superada pela valorização dos conhecimentos subalternizados". No contexto brasileiro, Bergamaschi (2007, p. 92) comprova que "a inclusão de narrativas indígenas no ensino de história altera significativamente a autoestima de alunos indígenas e não indígenas". Essa perspectiva é reforçada por Albuquerque (2014, p. 56), cujas pesquisas mostram que "o uso de fontes orais quilombolas no ensino médio cria novas possibilidades de compreensão da formação social brasileira". Como observa Todorov (2000, p. 28), "o verdadeiro diálogo intercultural só ocorre quando as vozes silenciadas ganham espaço equivalente no discurso histórico".

A construção identitária dos alunos também é fortalecida quando o ensino de história dialoga com suas realidades locais. A identidade é formada na intersecção entre o local e o global, e o reconhecimento das raízes culturais é essencial para a formação cidadã. Ao estudar a história de suas comunidades, os estudantes desenvolvem um senso de pertencimento e orgulho de suas origens, o que contribui para uma autoestima coletiva mais sólida. Essa perspectiva é especialmente relevante em um país marcado por desigualdades regionais e culturais, onde muitos jovens não se veem representados nos currículos tradicionais.

Por fim, a adoção de metodologias ativas, como projetos de pesquisa e mapeamento afetivo dos territórios, potencializa o engajamento discente. Conforme defende Zabala (1998), a aprendizagem significativa ocorre quando o aluno estabelece relações entre o conhecimento escolar e sua realidade imediata. Ao investigar a história de seus bairros, entrevistar moradores antigos ou analisar transformações urbanas, os estudantes deixam de ser meros receptores passivos e passam a atuar como historiadores em formação. Essa prática não só revitaliza o ensino de história, mas também forma cidadãos críticos, capazes de intervir ativamente na sociedade a partir de uma compreensão mais profunda de seu lugar no mundo.

Ainda é desafiador fazer a introdução de metodologias variadas que prendam a atenção dos alunos e otimizem o ensino de história. A falta de horas aulas, o difícil acesso a fontes primárias, desinteresse e estigmatização do conteúdo de história ainda são grandes questões. Os materiais didáticos ainda são voltados para perspectiva eurocêntrica e conteudista, visando somente a memorização de datas e nomes para realização de vestibulares.

Conclusão

Em suma, o caminho para um ensino de história verdadeiramente significativo exige, antes de tudo, um olhar sensível para o aluno. A superação do modelo tradicional não é apenas uma demanda pedagógica, mas um gesto de reconhecimento da diversidade de vozes e experiências que constituem

a história e a cultura do Brasil. Como demonstra a experiência na escola participante do PIBID em São José dos Campos, é ao reconhecer o chão onde se pisa, ao investigar as histórias que moldaram a própria comunidade, que o passado deixa de ser uma sequência de nomes e datas para se tornar uma narrativa viva, da qual o aluno se sente parte integrante.

A valorização das fontes locais, das memórias inferiorizadas dos saberes indígenas e quilombolas não é um acréscimo ao currículo, mas sim a base para a construção de uma identidade mais sólida e mais plural. Permite que os estudantes se reconheçam na história e se inspirem para intervir no presente, deixando de ser apenas receptores e se tornando agentes ativos do conhecimento. Embora os desafios permaneçam por conta da carência de recursos e da persistência de materiais didáticos conteudistas, a mudança de perspectiva já está em curso. Ela aponta para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender os grandes processos históricos a partir do afeto pelo local e pelo concreto, honrando, assim, a singularidade de cada região. O verdadeiro aprendizado, portanto, começa quando a história para de ser uma matéria distante e passa a ser a história de cada um de nós.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Ensino de história e suas demandas: o que sabemos sobre o ensino e a aprendizagem de história na educação básica? Educar em Revista, Curitiba, n. 58, p. 17-36, out./dez. 2015.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KARNAL, Leandro; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). Ensino de História e a Lei 10.639/03. São Paulo: Contexto, 2014.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: Como Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998

BERGAMASCHI, M. A. Educação escolar indígena: um modo próprio de recriar a escola. Porto Alegre: Mediação, 2007.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TODOROV, T. A conquista da América. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALBUQUERQUE, W. R. História e ensino de história: o caso dos quilombos. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A Ciência do **NANO** e seu impacto transformador no **MACRO**